

Imperialismo: história e conceito*

Lúcio Flávio de Almeida** - PUC-SP

I. A tríade político-ideológica burguesa

O conhecimento das sociedades que se constituíram no chamado mundo ocidental tem um de seus pilares na tríade Estado-território-soberania. Longe de ser uma pura construção mental, ela se articulou ao processo de constituição de Estados que se apresentam como expressões da soberania de comunidades de cidadãos estreitamente vinculadas a territórios precisamente delimitados: comunidades nacionais. Portanto, não se trata de uma tríade somente conceitual, mas de referências práticas fundamentais, inerentes ao processo pelo qual as estruturas do capitalismo nos interpelam como sujeitos¹

Marx, ao demonstrar que este Estado que se apresenta como expressão do interesse nacional e, portanto, “geral”, é o principal centro de organização da dominação burguesa de classe, contribuiu para desencadear uma revolução teórica que, imbricada, desde a Comuna de Paris, com inúmeras tentativas práticas de construção do socialismo, seguiu, desde então, até o final da Guerra-Fria, seu curso desigual e contraditório.

No estágio imperialista do capitalismo, as formulações originais de Marx enfrentam novos desafios teóricos e práticos. Proliferaram estados burgueses em formações sociais dependentes, o que implica a tarefa, muitas vezes bastante árdua de, com vistas à reprodução da dominação de classe, encenar a representação do povo nação como uma coletividade soberana e, neste mesmo processo, reproduzir ou, no máximo, redefinir as relações de dependência desta formação social em relação aos centros do capitalismo hegemônico. Em poucas palavras, uma das operações efetuadas pelo Estado burguês dependente para desorganizarem os dominados é converter o antiimperialismo em algum tipo de nacionalismo.

O quadro ficou bem mais complexo. Os nacionalismos que tomam estes Estados nacionais dependentes como referência possuem um conteúdo democrático que os

distingue qualitativamente dos nacionalismos de “nação opressora”. É neste sentido que o nacionalismo iraquiano ou venezuelano se distingue do austríaco ou estadunidense.

Mas também existem diferenças importantes entre os dois primeiros. Aquele conteúdo democrático geral, que chamo de “nacionalitarismo”, não deve ser absolutizado, sob pena de ignorarmos que se insere em uma relação de dominação de classe que pode adquirir formas extremamente ditatoriais e antipopulares² ou, pelo contrário, abrir caminho para lutas democrático-populares dotadas de forte caráter antiimperialista. O século XX foi bastante marcado pela existência de movimentos que, ao confundirem nacionalismo com antiimperialismo, depositaram no primeiro esperanças que ele não podia realizar. Este processo terminou por reforçar visões estatistas que, no limite, identificaram estatização a socialismo. Pelo menos em seus primeiros três quartos, pode ser visto, no centro e na periferia, como o século do triunfo dos Estados nacionais.

No último quartel do século, com a nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise, a situação ficou ainda mais complexa. No bojo da contra-ofensiva capitalista em larga escala que se desencadeou no centro e na periferia do sistema (o chamado neoliberalismo), adquiriu grande importância o discurso da “globalização” ou da “mundialização”, que, em suas versões mais exacerbadas anunciava apocalipticamente, o “fim”: fim do Estado, fim do território, fim da soberania.

Um risco enorme para os que lutam por um outro mundo é o de simplesmente efetuar mais um movimento do pêndulo político-ideológico, oscilando do liberalismo para o estatismo, sem que se avance um milímetro sequer na compreensão das novas configurações do imperialismo – este estágio do capitalismo - e de como enfrentá-lo.

Posições teóricas estatocêntricas e seus críticos globalistas compartilham dos mesmos pressupostos (com sinais trocados) acerca do Estado, território e soberania. As primeiras fecundam nacionalismos (que podem ou não se desdobrar em antiimperialismos). As segundas fizeram um percurso mais sinuoso: na Europa, incorporaram-se ao processo extremamente contraditório de construção da União Européia sob a hegemonia do grande

capital; nas formações sociais dependentes, têm servido admiravelmente à legitimação de políticas neoliberais nesta nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise.

Obviamente, o exame dos impactos da “globalização”/“mundialização” sobre o Estado nacional traz para o centro do palco a questão da soberania. Boa parte do debate já está, de saída, comprometida não somente por uma concepção simplista de mundialização, como também porque se trata do Estado nacional no singular, o que obscurece as assimetrias presentes nas relações internacionais, assimetrias que expressam determinações constitutivas dos próprios Estados contemporâneos.

Quanto a este último aspecto, tenho insistido na hipótese de que, no atual contexto de transnacionalização do capitalismo, a crise da ideologia nacional, estreitamente vinculada às turbulências vividas por muitos Estados-nações, pode produzir “surtos” de estatismo, os quais são, por sua vez, grande fonte de nacionalismos.

Sem estatismos. Mas também sem globalismo (apocalíptico ou não). A distinção entre a “Europa dos trustes” e uma “Europa Revolucionária” não é mera figura de retórica. E, adotada pelas esquerdas das formações sociais dependentes, qualquer uma daquelas unilateralidades superficiais é catastrófica. No momento, sempre com um olho na crítica ao estatismo, o que mais importa, em nome da atual retomada do internacionalismo, é se desvencilhar do canto de sereia do “globalismo” neoliberal, sempre levando em conta que os que dirigem a única superpotência do planeta apelam, segundo as conveniências, de cada situação, para este ou aquele registro.

II. Recuperar uma referência teórica

A principal referência teórico-política para grande parte dos estudos críticos do imperialismo continua sendo o pequeno texto que Lênin escreveu em 1916, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1979). Já na introdução, o próprio autor alertou para as limitações de sua análise. Mencionou a carência de fontes e, em razão da censura czarista, a restrição de quase toda a análise à dimensão econômica. Esta segunda limitação também

foi observada nos prefácios da edição original (1917) e das edições francesa e alemã (1920).

Neste sentido é que, no capítulo central do livro, antes de apresentar as “cinco características fundamentais do imperialismo”, o autor alerta para “o que há de convencional e relativo em todas as definições genéricas, que nunca podem abarcar os múltiplos aspectos de um fenômeno na totalidade do seu desenvolvimento”. Eis as características assinaladas por Lênin:

“1) concentração da produção e do capital”, ao ponto de originar “os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica”; 2) “fusão do capital bancário e do capital industrial”, o que origina o “capital financeiro” e, com base neste, uma “oligarquia financeira”; 3) a exportação de capitais assume, em relação à de mercadorias, “uma dimensão particular”; 4) constituição de “uniões internacionais monopolistas”, que dividem o mundo entre si; 5) pela primeira vez na história, completa repartição do globo”³

Para um livro cujas limitações foram tão ressaltadas pelo próprio autor, os acertos são notáveis. A produção e o capital estão bem mais concentrados; a “oligarquia financeira” opera vorazmente nos quatro cantos do globo; os capitais atravessam fronteiras com a velocidade da internet; e, em cada setor, um punhado de grandes corporações loteia o planeta. Além disso, o autor observou que, ao contrário do que muitos afirmavam, os cartéis não evitariam as crises do capitalismo, mas agravariam o caos no conjunto do sistema; a separação entre a propriedade do capital e sua aplicação industrial aumentaria, agigantando-se a figura do rentista e de um pequeno número de Estados em relação aos demais; a exportação de capitais desenvolveria, “em profundidade e extensão” o capitalismo no mundo todo; devido a “inúmeros fatores”, como falências, guerras, etc., enquanto houvesse imperialismo, novas repartições do globo poderiam ocorrer.

Na medida em que se trata da análise de um processo, os próprios acertos exigem que ela seja atualizada, pois o mundo deste início de milênio não é o mesmo dos tempos da primeira guerra mundial. Este aspecto será retomado no final do texto.

Também existiam aspectos que o autor julgava “transitórios”, mas que, por conta das “ironias da História”, tenderam a permanecer e a proliferar. Por exemplo, as colônias e semi-coloniais ou mesmo países dependentes eram vistos por Lênin como objeto de futura repartição, a menos, é claro, que houvesse uma revolução socialista em escala internacional, que o autor julgava, com razão, iminente e à qual dedicou suas energias.

No pós-guerra, a revolução internacional tinha sido derrotada, ficando circunscrita à antiga Rússia, a destruição de velhos impérios desencadeou nova partilha do mundo e também novos Estados nacionais se constituíram. O próprio Lênin, que já havia formulado o princípio da defesa do direito à autodeterminação nacional no interior dos impérios multinacionais e sempre destacou a diferença entre os nacionalismos de “nação opressora” e de “nação oprimida”, apostaria no potencial revolucionário dos movimentos de libertação nacional no “Oriente”, desde que, neles, os comunistas preservassem sua autonomia política, ideológica e organizacional.

Movimentos de libertação surgiram como cogumelos depois da chuva, em sua grande maioria crescentemente dotados de forte teor antiimperialista. Mas o resultado não foi, como pareceu ao longo de quase todo o período, o avanço do socialismo.

III. Incorporar novas questões

Um mundo sem soberania? Fim dos territórios quando existe um muro nada virtual para controlar o ingresso de proletários, ou, na expressão de Michael Löwy, “pobretários”, no território da maior potência planetária? Fim da soberania do Estado nacional, quando os próprios dirigentes da política externa norte-americana explicitam, na prática e no discurso, que lhes cabe – e somente a eles – decidir quando ou não atuar segundo deliberações tomadas no interior da ONU?

Acredito que, para os que pretendem impulsionar os estudos científicos do imperialismo, alguns pontos devem ser considerados. Limito-me a enumera-los.

O primeiro deles é levar a sério a conceituação de capital como relação social. Quando se iniciou a etapa marcada pela dominância da exportação de capitais, apenas algumas formações sociais de capitalismo avançado eram nitidamente capitalistas. Hoje é bem diferente: houve a industrialização de amplos setores da “periferia” do sistema, processo que não se reduz à mera dimensão tecnológica. Ao contrário, significa o espraiamento, para amplas regiões do planeta, da centralidade da relação capital-trabalho.

Em segundo lugar, este espraiamento das relações sociais capitalistas não se dá por meio de uma simples repetição, na “periferia”, dos sistemas existentes nas formações hegemônicas. Relações sociais capitalistas se transnacionalizam, constituindo, de algum modo, um sistema altamente diferenciado e hierárquico que perpassa diferentes formações sociais. Em terceiro lugar, na aurora do imperialismo, só as formações sociais hegemônicas eram claramente estatais-nacionais. A grande parte das formações sociais dependentes latino-americanas era vista como casos transitórios, em um contexto marcado, segundo ativos autores, como de iminente revolução socialista em escala internacional (com centralidade na Europa). Contrariamente a estas expectativas, a revolução socialista mundial não ocorreu e o que parecia “transitório” e, de certa forma, “marginal” generalizou-se. Hoje, temos um mundo de formações estatais nacionais⁴.

Em quarto lugar, no contexto dos países hegemônicos, houve uma brutal mudança de hegemonia. Como observa Chesnais⁵, no mundo analisado por Lenin, a primeira cena era ocupada pelos capitais alemão e britânico. Hoje, não só se constituiu a Tríade, como, no seu interior, a predominância tem sido claramente norte-americana.

O quinto aspecto talvez aponte para uma drástica alteração no quadro marcado pelas inovações acima citadas. Trata-se da nova (e redefinida) fase de hegemonia econômica e política da oligarquia financeira, o que afeta, de modos diferenciadas, as múltiplas dimensões das relações sociais, inclusive na esfera produtiva. No que se refere ao sistema internacional, isto contribui ainda mais para intensificar os “processos espoliativos”⁶,

com sérias implicações no que se refere ao questionamento do status da soberania tal como predominou deste o final da primeira grande guerra.

Enfim, o colapso da União Soviética desencadeou a ofensiva estadunidense por uma nova “partilha” do globo. A única superpotência militar é vista por seus principais dirigentes como em situação de declínio que procuram reverter, o que pode aprofundar a crise do sistema interestatal e, desta forma, precipitar uma situação insustentável para o capitalismo⁷.

Em um sistema crescentemente assimétrico, não é improvável que muitos Estados nacionais, antes de se terem plenamente estruturado, submirjam ou fiquem à deriva; que se formem, mais ou menos precariamente, outras unidades políticas; que novas ordens imperiais se constituam.

O que significa, neste contexto, em países como o Brasil, alardear as doudas teses sobre “o fim do território” ou “um mundo sem soberania”. Significa, por exemplo, que a questão do controle sobre a Amazônia perdeu qualquer relevância? Como anda a abertura do Alasca à “comunidade internacional”? A obsessão pelo controle da Eurásia é mero sadismo de intelectuais entediados?

O sistema capitalista, sistema internacional incluso, passa por uma profunda crise, o que não significa que todos os estados a vivenciem da mesma forma. Mesmo sem grandes arroubos nacionalistas, é preciso muita atenção para com as implicações, no que se refere aos países dependentes, de teses muito taxativas acerca do “fim”. É tão pouco convincente afirmar, como Hans Morgenthau, que Panamá e EUA, são igualmente soberanos como, no sentido oposto, que ambos os Estados perderam soberania e seus territórios se desmancharam no bojo da “globalização”. E, mesmo à esquerda, formulações que, no longo prazo, são portadoras de um saudável antiestatismo, não devem levar a perder de vista as implicações políticas das crescentes assimetrias do sistema internacional em um contexto de crise profunda. A quem interessa, no momento, que o Estado cubano se vá sem dizer adeus? A criação da ALCA “despacha” igualmente os Estados boliviano, brasileiro, venezuelano e estadunidense?

Talvez se possa formular a hipótese de que, se a ideologia da soberania é mais “estrutural”, a da crise da soberania pode ter sérias implicações conjunturais. O que aponta, mais uma vez, para a necessidade de retomar análises críticas da atual fase de transnacionalização do capitalismo e de suas relações com diferentes formas de nacionalismo, bem como das potencialidades antiimperialistas presentes em alguns destes.

* Aqui, ao mesmo tempo em que condenso, acrescento formulações ao meu texto « Virando o milênio: notas sobre o imperialismo na alvorada do século XX », publicado na coletânea organizada por Terezinha Bernardo e Silvana Tótora, *Ciências sociais na atualidade: percursos e desafios*, São Paulo, Cortez, 2003.

** Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Coordenador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

¹ A respeito de como a ideologia « interpela » os seres humanos como sujeitos, no duplo e contraditório sentido deste termo, ver as instigantes formulações elaboradas por Göran Therborn, em *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, Londres, Verso, 1980.

² Procurei desenvolver estas formulações em “Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional”, artigo publicado em *Lutas sociais*, 2.

³ Vladimir Lênin, ***Imperialismo, fase superior do capitalismo***. São Paulo, Global, 1979, p. 88.

⁴ Em 1906, estiveram representados no Congresso de Haia 20 Estados europeus, 18 americanos, 4 asiáticos e da Oceania e nenhum africano; foram membros fundadores da ONU, em 1945, respectivamente, 15, 22, 10 e 4, perfazendo um total de 51 Estados; em 1975, este número subiu para 145; em 2002, chegou a 191.

⁵ “États rentiers dominants et contraction tendancielle. Formes contemporaines de l'impérialisme et de la crise”. In Dumenil, Gérard e Lévy, Gérard (orgs.). *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris, PUF, 1999.

⁶ David Harvey formula uma distinção entre o velho imperialismo, que se expandia por intermédio da reprodução ampliada do capital e o “novo imperialismo”, bem mais predatório, que atua fundamentalmente por meio da expropriação. Ver, a este respeito, “El ‘nuevo’ imperialismo: acumulación por desposesión”, publicado em *Socialist Register*, 2004 (edição em espanhol).

⁷ A este respeito, Immanuel Wallerstein, *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*, Rio de Janeiro, Revan, 2002, especialmente a introdução à edição brasileira e o capítulo 4. Um debate pioneiro com os teóricos da “nova ordem mundial”, foi travado, em 1992, por Robert Cox, para quem “o mito do livre mercado é que ele é auto-regulável”. Cox observou que “a globalização do final do século XX também depende do poder militar-territorial”; que as Nações Unidas corriam mais risco que durante a Guerra Fria; e que, para ser fortalecida, deveria ser “constituída sobre fundações mais seguras do que as que estavam visíveis no momento”. R. Cox, «Global perestroika », in: *Approaches to World Order*, Cambridge University Press, 1999, p. 309. Estas formulações foram retomadas por Gilbert Achcar, “Le nouvel ordre impérial ou la mondialisation de l'Empire états-unien”. Mimeog., 2002.